



Correspondência ao Autor  
 1 Lourdes Evangelina Zilberberg Oviedo  
 E-mail: [rel.internacional@faap.br](mailto:rel.internacional@faap.br)  
 Fundação Armando Alvares Penteado  
 São Paulo, SP, Brasil  
 CV Lattes  
<http://lattes.cnpq.br/9454545963118862>

Submetido: 24 jul. 2021  
 Aceito: 16 set. 2021  
 Publicado: 06 dez. 2021

[doi> 10.20396/riesup.v8i0.8665720](https://doi.org/10.20396/riesup.v8i0.8665720)  
 e-location: e022022  
 ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre



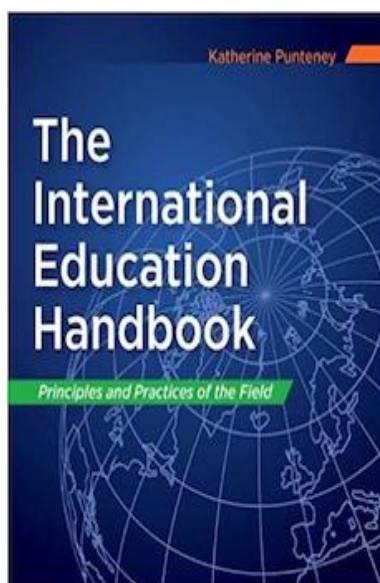
## Manual de Educação Internacional: Princípios e Práticas do Campo

### The International Education Handbook: Principles and Practices of the Field

### Manual de educación Internacional: Princípios e Práticas del Campo

Lourdes Evangelina Zilberberg Oviedo<sup>1</sup>  <https://orcid.org/0000-0002-7327-2686>

<sup>1</sup>Fundação Armando Alvares Penteado



PUNTENEY, Katherine. **The international education handbook: principles and practices of the Field**. Estados Unidos: NAFSA: Association of International Educators, 2019. ISBN: 978-1942719267.

Publicado em 2019, pela *Association of International Educators* (NAFSA), o livro *The International Education Handbook: Principles and Practices of the Field* (Manual da Educação Internacional: Princípios e Práticas do Setor – tradução livre), da pesquisadora norte-americana Katherine Punteney, tem se tornado referência para os educadores, que desejam conhecer o panorama da educação superior internacional, bem como, entender as principais tendências do setor e aprender sobre as práticas desenvolvidas em outros sistemas educativos que podem ser aplicadas à realidade local.

São 405 páginas, distribuídas em 10 capítulos a seguir: Tendências da Educação Internacional; Competências Globais; Internacionalização; Educação Transnacional; Aprendizagem Experiencial; Gestão da Matrícula de Estudantes Internacionais; Serviços Prestados aos Discentes e Docentes Internacionais; Escolas Internacionais; Diplomacia Civil e Tópicos Relacionados (traduções livres).

Logo na introdução, a autora expõe seu desejo de contribuir para o desenvolvimento da profissão da educação internacional, relacionada com a gestão de programas que possam auxiliar os participantes, de uma forma ética e efetiva, a se envolverem em interações com pessoas e ideias de diversas culturas. Desta forma, os profissionais do setor devem desenvolver programas de educação internacional que auxiliem esses participantes no avanço das competências globais, promovendo a mobilidade acadêmica internacional e as atividades de internacionalização do *campus*.

O primeiro capítulo, denominado “Tendências da Educação Internacional”, introduz o contexto global e discorre sobre diversos fatores que afetam o setor. Entre as tendências destacadas pela autora, encontram-se: o crescimento da economia do conhecimento, a massificação da educação, o declínio de financiamento público, o capitalismo acadêmico e a mercantilização da educação. Outras tendências também são mencionadas: a internacionalização, o crescimento da educação transnacional, além da proliferação de programas ministrados em idioma inglês, a demanda por qualidade e a competição nos *rankings* globais.

O capítulo 2 expõe as competências globais. A autora usa essa terminologia, mas esclarece que existem diversas definições e nomenclaturas para referir-se ao que ela denomina competências globais. Além de explicar o conceito, também analisa os 5 principais motivos, citados por educadores internacionais, pelos quais as instituições, em todos os níveis educativos (básico, médio e superior), devem focar no desenvolvimento dessas competências. Entre eles, encontram-se a competitividade, a solução aos problemas globais, o multiculturalismo, a cidadania e a governança, assim como os benefícios acadêmicos.

Ainda nesse capítulo, são apresentados os principais modelos que explicam como ocorre a aquisição das competências globais. Neste âmbito, a autora optou por apresentar o exemplo de desenvolvimento de sensibilidade intercultural de Bennett, 1986, o modelo de competência em comunicação intercultural de Byram, 1997, o referente ao processo de competência intercultural apresentado por Deardorff, 2006 e o de Boix- Mansilla e Jackson, de 2011, denominado “educar para as competências globais”. O capítulo encerra com uma breve análise dos princípios, métodos e ferramentas de avaliação das competências globais.

No capítulo 3, a autora propala o conceito de internacionalização, que seria o processo de fazer com que a educação tenha um escopo internacionalizado. Destaca-se a definição apresentada pela pesquisadora canadense Jane Knight (2004), que apresenta a internacionalização como “o processo de integrar as dimensões internacional, intercultural e global no propósito e função da educação superior” (KNIGHT, 2004, p. 11). Salienta-se que esse processo não ocorre somente na educação superior, mas que também é desenvolvido nos níveis básico e médio do ensino. Com isso, os conceitos apresentados no livro se aplicam, também, aos outros níveis educativos. Ademais, o capítulo trata das atividades internacionais, tais como a internacionalização do *currículum*, a pesquisa, a mobilidade acadêmica, as parcerias estratégicas, o desenvolvimento do corpo docente e apresenta um modelo de planejamento estratégico da internacionalização, esquematizado em 7 etapas (introdução do processo no *campus*, avaliação do estado atual da internacionalização, análise do que falta no processo, elaboração de um plano de ação, implementação desse plano, avaliação e redefinição do mesmo), assim como os fatores organizacionais e contextuais que auxiliam na promoção de bons resultados. O capítulo é finalizado com a apresentação de alguns mitos da internacionalização, como por exemplo, o pensamento de que os *rankings* internacionais refletem uma boa qualidade no ensino.

Os capítulos 4 e 5 se complementam. O quarto, apresenta as modalidades dos programas internacionais, como a realização de um programa completo de graduação ou pós-graduação no exterior e a mobilidade acadêmica. Nesse ponto, a autora chama a atenção para a necessidade de ampliar o acesso dos estudantes a esse tipo de programa, de promover a equidade e de diversificar as formas de financiamento, pois ela parte do princípio de que a experiência internacional, por meio do estudo no exterior, só poderá atingir o seu potencial máximo quando tiver mais diversidade de destinos e de representação social. Contudo, já no quinto, ela explora outros modelos de programas internacionais, que não necessariamente proporcionam créditos universitários, como é o caso do voluntariado, do estágio internacional e dos programas de ensino médio no exterior. Segundo a autora, ditos programas baseiam-se na Teoria da Aprendizagem Experiencial de Kolb de 1984, que tem origem intelectual nos trabalhos de Lewin, Dewey e Piaget e que é concebida como uma teoria de aprendizagem holística e integradora, combinando a experiência, a percepção, a cognição e o comportamento a partir dos quais pode surgir uma reflexão crítica. Por meio da exemplificação do Círculo de Aprendizagem Experiencial de Kolb (1984), a autora destaca a importância desses programas

e apresenta alguns modelos que podem facilitar sua realização, tendo sempre em vista a promoção dessa reflexão crítica (KOLB, 1984).

O sexto capítulo apresenta a gestão da inscrição de estudantes estrangeiros e o sétimo, aborda os serviços prestados a esses alunos, sendo, portanto, capítulos que também se complementam. A gestão da inscrição de estudantes estrangeiros inclui o *marketing*, o recrutamento e, em um segundo momento, trata do acompanhamento deles no *campus*. É um mercado em expansão (pelo menos antes da pandemia da COVID-19), pois em 2018, 5 milhões de alunos do ensino superior estavam estudando no exterior (INSTITUTE OF INTERNATIONAL EDUCATION, 2018b). A autora destaca o valor que as matrículas de estudantes estrangeiros representam para as economias de alguns países, como é o caso dos Estados Unidos da América (EUA), do Reino Unido, da Austrália, do Canadá, da França e da Alemanha. Como exemplo, verifica-se que nos EUA, no ano de 2018, os estudantes estrangeiros contribuíram com 39 bilhões de dólares americanos para a economia daquele país (NAFSA, 2018a). Por sua vez, a presença de estudantes estrangeiros no *campus* fortalece o desenvolvimento de competências globais dos alunos locais. Dessa forma, existe uma variedade de serviços e de ajustes necessários, que a instituição anfitriã deve realizar para recebê-los: aconselhamento acadêmico, logístico, pessoal (incluindo assessoramento psicológico), profissional e até de imigração. A autora comenta que os estudantes sofrem processos de aculturação quando se encontram por períodos prolongados de tempo no exterior, nesse caso, começam, gradualmente, a questionar alguns elementos da própria cultura e passam a adotar aspectos da cultura anfitriã.

O capítulo 8 apresenta as escolas internacionais, como é o caso das que participam do sistema *International Baccalaureate* (fundado na Suíça em 1968). A autora destaca o crescimento desse tipo de escola e apresenta os modelos da internacionalização do ensino médio, assim como suas estratégias focadas, principalmente, na internacionalização do *curriculum*, no fomento das parcerias internacionais, nos programas de mobilidade e no ensino de outros idiomas. A tecnologia também tem desempenhado um papel importante na internacionalização do *campus* e do *curriculum* das escolas de ensino médio, pois o intercâmbio virtual tem sido uma ferramenta útil para o desenvolvimento de projetos colaborativos com instituições estrangeiras.

Ao entrar no capítulo 9, a autora disserta sobre a importância da diplomacia civil, entendida como a responsabilidade que o cidadão global tem em se engajar em questões interculturais, promovendo o entendimento mútuo por meio de interações pessoais. A diplomacia civil é usualmente entendida como uma espécie de *soft power*, ou seja, a influência baseada em relações positivas com outras nações. As políticas de suporte a esse tipo de diplomacia surgiram em resposta a situações de crise e de devastação, em que se deviam reconstruir as relações internacionais. Logo depois da primeira e da segunda guerras mundiais surgiram organizações para articular esse tipo de iniciativa que passaram a contar com o apoio

do governo dos EUA, pois já se acreditava que a segurança nacional não dependia só das ações militares, mas também do apoio à diplomacia civil, que mostraria ao mundo o estilo de vida americano. No ano de 2012, o Departamento de Estado Americano estabeleceu a primeira estratégia nacional articulada de diplomacia civil, cujas prioridades eram: expandir as parcerias para a educação superior, incrementar o intercâmbio e a mobilidade acadêmica e promover a equidade na educação.

Dada à importância desse tipo de diplomacia a autora também apresenta os modelos, tais como o intercâmbio e programas de bolsas de estudo, a diplomacia cultural e a esportiva, entre outros. Um dos programas mais conhecidos é o da *Fulbright*, sendo o maior projeto de diplomacia civil patrocinado pelo governo americano.

Por fim, no capítulo 10, são apresentados os Outros Tópicos, que também devem ser levados em consideração ao falar da educação internacional. Entre eles, destacam-se a educação comparada (que diz respeito ao estudo e análise dos diversos sistemas educativos), a mobilidade global de estudantes, a administração das instituições de ensino superior com seus diversos tipos organizacionais, a capacitação em questões interculturais, a gestão de programas de línguas, o engajamento na promoção do desenvolvimento sustentável, por meio da educação e da promoção da paz com o auxílio do entendimento mútuo (estreitando as relações entre indivíduos, comunidades e países).

Tudo isso parece muito ambicioso, mas é perfeitamente compreensível quando se parte do princípio básico de que a internacionalização deve ser, além de tudo, uma ferramenta de promoção do diálogo intercultural e da cooperação internacional.

## Referências

BENNETT, Milton J. A developmental approach to training for intercultural sensitivity. **International Journal of Intercultural Relations**. v. 10, p. 179-196, 1986. Disponível em: <https://www.idrinstitute.org/wp-content/uploads/2019/02/DMIS-IJIR.pdf>. Acesso em: 11 maio. 2021.

BOIX-MANSILLA, Veronica e JACKSON, Anthony. **Educating for Global Competence: Preparing Our Youth to Engage the World**. New York, NY: Asia Society and Council of Chief State School Officers, 2011. 136 p. Disponível em: <https://asiasociety.org/files/book-globalcompetence.pdf>. Acesso em: 11 maio. 2021.

BYRAM, Michael. **Teaching and assessing intercultural communication competence**. New York: Multilingual Matters, 1997. 136 p.

DEARDORFF, Darla K. Identification and Assessment of Intercultural Competence as a Student Outcome of Internationalization. **Journal of Studies in International Education**, v.10, n.3, p. 241-266, 2006. <https://doi.org/10.1177%2F1028315306287002>

KNIGHT, Jane. Internationalization remodeled: Definitions, rationales and approaches. **Journal of Studies in International Education**, Los Angeles California, SAGE Publication Inc., v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004.

KOLB, David A. **Experiential Learning: Experience as the Source of Learning and Development**. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 1984.

Institute of International Education. **Project Atlas 2018 Infographics**. Institute of International Education, 2018. Disponível em: <https://www.iie.org/Research-and-Insights/Project-Atlas/Explore-Data>. Acesso em: 6 abr. 2021.

NAFSA: Association of International Educators. **Benefits from International Students. The United States**. Washington, DC: NAFSA: Association of International Educators, 2018.

PUNTENEY, Katherine. **The international education handbook: principles and practices of the Field**. Estados Unidos: NAFSA: Association of International Educators, 2019. ISBN: 978-1942719267.